

Para além das vitrines: diálogos entre a Arqueologia Pública, a Museologia Social e a Arqueologia Sensorial sobre patrimônios arqueológicos musealizados

Clarita Maria de Godoy Ferro (IC)

Resumo

“Proibido tocar!” O que faz com que os artefatos arqueológicos em um museu sejam alvo frequente desse imperativo? Nesta pesquisa, pensamos o conceito de *cultura material* para a Arqueologia e a Museologia, na tentativa de identificar o que torna esses objetos tão especiais a ponto de nosso toque ser interditado.

Palavras Chave: Arqueologia, Museologia, Cultura Material

Introdução

Arqueologia Pública, Arqueologia Sensorial e Museologia Social. Cada uma com suas práticas e teorias, essas áreas desenvolveram seus estudos a partir da segunda metade do século XX. De modo geral, a Arqueologia Pública e a Museologia Social atuam no sentido de problematizar as relações entre suas disciplinas de origem e comunidades diversas. A Arqueologia Sensorial, por sua vez, questiona as políticas dos sentidos atuantes na Arqueologia. Essas três áreas em muito contribuíram para o surgimento da questão condutora desta pesquisa: Por que é comum em museus contemporâneos de Arqueologia a proibição de outros tipos de experiência sensorial que não a visão?

Apresentando-se como uma primeira incursão à temática, esta pesquisa propôs elaborar uma sondagem sobre como Arqueologia e Museologia definem o conceito de cultura material, na tentativa de responder à questão: No que concerne à sua definição, o que torna esses objetos musealizados tão especiais a ponto de nosso toque ser interditado? Para isso, usamos o dicionário *Conceitos-chave de Museologia*, editado pelo *Internacional Council of Museums (ICOM)*, em 2013, além dos documentos internacionais de convenção sobre o patrimônio arqueológico indicados pelo *International Committee on Archaeological Heritage Management (ICAHM)*.

Resultados e Discussão

Após a análise da documentação, elaboramos uma síntese dos conceitos de cultura material encontrados. Para o ICAHM, ela:

- Compreende todos os vestígios da existência humana, como locais e estruturas de todo tipo, além da cultura material portátil a eles

associada. Constituindo o registro básico das atividades humanas do passado, o patrimônio arqueológico é de fundamental importância para a humanidade na identificação de suas raízes culturais e sociais. Uma adequada gestão e proteção são essenciais para permitir que pesquisadores estudem e interpretem-no em nome e em benefício das gerações futuras.

Já, para o ICOM, a cultura material musealizada:

- Abrange todo tipo de objeto que, no processo de musealização, perdeu a funcionalidade à qual foi concebida. Assim, vitrine e exposição garantirão que essa perda se revele enquanto conversora dos objetos em testemunhos consagrados da cultura. Sendo dever dos museus mantê-los preservados para as gerações futuras.

Conclusões

Conforme visto nas definições acima, os conceitos de cultura material não encerram um determinado tipo de objeto de interesse. É um processo que diferenciará os objetos arqueológicos musealizados dos demais objetos de nosso cotidiano. Seleção, pesquisa, expografia e preservação são algumas partes desse processo de constituição de discursos bastante específicos e empoderados. Entretanto, muitas vezes, é a preservação que vem responder o porquê de nosso toque ser interditado a esses objetos. Preservá-los para as gerações futuras foi a máxima encontrada nos dois documentos. Por que, então, escolhemos preservar esses objetos aos nossos herdeiros ao custo da interdição de nossos corpos?

Agradecimentos

Financiada pelo Serviço de Apoio ao Estudante da Unicamp (SAE – Unicamp)

CLASSEN, C. Museum manners: the sensory life of the early museum. In: *Journal of Social History*, 2007, pp. 895 – 914..